4 - Assim, a imposição de multa com base em norma regulamentar firmada no âmbito da Zona Eleitoral é juridicamente impossível. Precedentes TSE.

5 - Recurso conhecido e provido.

Vistos etc.

ACORDAM os Membros do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, de conformidade com a ata e notas taquigráficas da sessão, que integram este julgado, à unanimidade de votos, em REJEITAR A PRELIMINAR SUSCITADA, para ainda, quanto ao mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto da eminente Relatora.

SALA DAS SESSÕES, 03 de abril de 2017.

DESEMBARGADOR SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR, CORREGEDOR NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

JUÍZA FEDERAL CRISTIANE CONDE CHMATALIK, RELATORA

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 34

PROCOLO Nº 4.402/2017– ANCHIETA/ES

ASSUNTO: REQUISIÇÃO DA SRA. TÂNIA XAVIER GARCINDO, SERVIDORA EFETIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA, PARA PRESTAR SERVIÇOS NA 17ª ZONA ELEITORAL – ANCHIETA (SEDE) E PIÚMA.

REQUERENTE: Juízo Eleitoral da 17ª ZE – Anchieta (Sede) e Piúma.

RESOLVEM os Membros do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, de conformidade com a ata e notas taquigráficas da sessão, que integram este julgado, à unanimidade de votos, AUTORIZAR A REQUISIÇÃO DA SRA. TÂNIA XAVIER GARCINDO, SERVIDORA EFETIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA, PARA PRESTAR SERVIÇOS JUNTO À 17ª ZONA ELEITORAL – ANCHIETA (SEDE) E PIÚMA.

SALA DAS SESSÕES, 03 de abril de 2017.

DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR, PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

DES. CARLOS SIMÕES FONSECA

DR. HELIMAR PINTO

DR. ALDARY NUNES JUNIOR

DRA. CRISTIANE CONDE CHMATALIK

DR. ADRIANO ATHAYDE COUTINHO

DR. RODRIGO MARQUES DE ABREU JÚDICE

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

RESOLUÇÃO Nº 35

PROCESSO PA Nº 14-60.2017.6.08.0000 - CLASSE 26ª - VITÓRIA - ES - (PROT Nº 261/2017)

ASSUNTO: REQUERIMENTO – CONCESSÃO DE APOSENTADORIA.

REQUERENTE: ALMECYR DALLA BERNARDINA

RELATOR: JUIZ DE DIREITO ALDARY NUNES JUNIOR.

EMENTA:

REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. APOSENTADORIA. PRESSUPOSTOS LEGAIS PRÉENCHIDOS. PEDIDO DEFERIDO.

1.A Secretaria de Gestão Pessoas e a Coordenadoria de Controle Interno deste Egrégio Tribunal posicionam-se pelo deferimento do pedido de aposentadoria especial do servidor,